

## Entre Safo de Lesbos e Audre Lorde: amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e século XXI

Ana Clara Azanha do Nascimento\*, Mary Jane Paris Spink\*\* e Beatriz Borges  
Brambilla\*\*\*

**Resumo:** O apagamento histórico ao qual são submetidas mulheres que se relacionam com mulheres obstaculiza sua emancipação subjetiva e política, uma vez que a impossibilidade de construir memória sobre a própria história produz lacunas de afirmação de identidades. Fundamentado por uma perspectiva materialista histórico-dialética, este artigo visa produzir uma historicização e análise crítica dos amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e no século XXI. Para tal, foram investigadas as determinações materiais dos erotismos antigos e feita uma articulação entre os discursos eróticos presentes na obra das autoras Safo de Lesbos e Audre Lorde. Evidenciou-se a relevância da escrita erótico-afetiva feminina como produtora de memória e resistência, em um movimento de insubmissão política que resiste ao longo das gerações.

**Palavras-chave:** História das sexualidades sáficas. Memória social. Resistência política.

**Abstract:** The historical erasure to which women who relate to women are subjected hinders their subjective and political emancipation, as the lack of memory about their own history creates gaps in identity affirmation. Based on a historical-dialectical materialist perspective, this article aims to produce a historicization and critical analysis of loves and eroticism among women in Ancient Greece and the 21st century. The material determinants of ancient eroticism were investigated, and an articulation between the erotic discourses in the works of Sappho of Lesbos and Audre Lorde was made. The relevance of female erotic-affective writing as a producer of memory and resistance was highlighted, in a movement of political insubordination that endures through generations.

**Keywords:** History of sapphic sexualities. Social memory. Political resistance.

**Resumen:** El borrado histórico al que son sometidas las mujeres que se relacionan con mujeres obstaculiza su emancipación subjetiva y política, ya que la imposibilidad de recordar su propia historia crea lagunas en la afirmación de identidades. Basado en una perspectiva materialista histórico-dialéctica, este artículo tiene como objetivo producir una historización y un análisis crítico de los amores y erotismos entre mujeres en la Antigua Grecia y el siglo XXI. Se investigaron las determinaciones materiales del erotismo antiguo y se articuló entre los discursos eróticos presentes en la obra de Safo de Lesbos y Audre Lorde. Se evidenció la relevancia de la escritura erótico-afectiva femenina como productora de memoria y resistencia, en un movimiento de insubordinación política que resiste a lo largo de las generaciones.

**Palabras clave:** Historia de las sexualidades sáficas. Memoria social. Resistencia política.

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). <https://lattes.cnpq.br/6160709158852228>; <https://orcid.org/0009-0007-5352-507X>.

\*\* Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Docente e orientadora dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUCSP; coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, desde 1987 (Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1672-505X>.

\*\*\* Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). <http://lattes.cnpq.br/6415720570998957>; <https://orcid.org/0000-0001-9157-8593>

## 1. Introdução

A história da humanidade, ao longo de seus múltiplos capítulos, tem sido redigida por uma pena regada a sangue, propriedade de uma classe dominante cujas ideias defendidas são consideradas universais. Essa narrativa se perpetua por meio de um processo de naturalização de sujeitos e fatos históricos, na medida em que camadas populares são apagadas, compreendidas como não naturais e, portanto, não pertencentes à história. Tais grupos surgem em citações excepcionais, quando torna-se necessária a consideração de casos desviantes e/ou anormais.

Entre essas minorias, estão as mulheres, que, relegadas às notas de rodapé da história, têm sido submetidas a inúmeras – e muitas vezes invisíveis – violências. O relatório *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto de Pesquisas Datafolha (2023), ilustra as desigualdades de gênero na estrutura social brasileira ao apontar que 18,6 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência ou agressão no ano de 2022, sendo 65,6% mulheres negras.

As estatísticas de lesbofobia e violência contra grupos sáficas<sup>1</sup> no país também apontam para um cenário de violência intensificada contra mulheres atravessadas por orientações sexuais dissidentes: segundo informações coletadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) pela agência de notícias Gênero e Número (SILVA, 2021), 2.379 lésbicas foram vítimas de estupro no ano de 2017, totalizando uma média de seis estupros por dia. Mulheres negras compuseram 58% dos casos notificados, evidenciando um forte impacto da questão racial nas dinâmicas de violência contra mulheres sáficas.

A teoria social crítica, notadamente a perspectiva da autora marxista Angela Davis (2016), debate a multiplicidade de opressões de mulheres negras e trabalhadoras através do materialismo histórico-dialético. À sua análise acrescentamos as opressões contra mulheres sáficas, entendendo que essas formas de opressão, assim como as demais, não podem ser dissociadas umas das outras. Não é possível, portanto, isolar es-

1 A escolha pelo termo “sáfica” não foi feita de forma a ignorar o candente debate presente na comunidade LGBTIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, intersexo, assexuais, panssexuais, não-binários e mais) acerca da obliteração da palavra “lésbica”. Pelo contrário, a lesbianidade, em suas diversas expressões, é reivindicada no corpo teórico deste artigo, dando espaço para o termo “sáfico” somente para que se possa garantir a inclusão de diferentes orientações sexuais vivenciadas por mulheres que se relacionam com mulheres, englobando tanto mulheres lésbicas, bissexuais e panssexuais quanto outras configurações afetivo-sexuais não nomeadas em diferentes momentos da história. Assim, expressões como “mulheres que se relacionam com mulheres”, “mulheres que amam mulheres”, “relações homoafetivas/homoeróticas” serão utilizadas visando abranger todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino e que se atraem, se envolvem ou se apaixonam de forma romântica por outras mulheres.

ses marcadores sociais como em um laboratório, uma vez que as categorias de poder não são excludentes e hierárquicas, mas sobrepostas, e incidem sobre a singularidade de diferentes maneiras, a depender do contexto, território e grupo em que o sujeito está inserido. A concomitância desses elementos de opressão pode contribuir para a produção de quadros de sofrimento psíquico complexos, agravados pela falta de políticas sociais de assistência e saúde específicas para as demandas desses grupos, uma vez que as políticas públicas têm sido objeto de desfinanciamento e sucateamento no país (FBSP, 2022).

Embora se reconheça a invisibilização desses grupos e as consequências ultrajantes para as vidas dessas mulheres, raramente se discutem as formas pelas quais esses apagamentos moldaram suas subjetividades e senso coletivo. Pretende-se, portanto, realizar o resgate dessas histórias negligenciadas e construir novos sentidos acerca dessas memórias, considerando a análise histórica como fator imprescindível para a investigação da forma com que as ideias sobre raça, gênero e sexualidade visaram justificar a dominação de mulheres.

Assim, a primeira tarefa para a produção de história sobre as sexualidades e paixões femininas deve ser questionar sua autoria: quem detém o privilégio da palavra e tem sido responsável por promover uma norma hegemônica?

O que se observa é que tanto a sexualidade quanto a afetividade feminina são moldadas por uma perspectiva cisheteronormativa<sup>2</sup> e monogâmica que evidencia a fabricação ideológica das classes dominantes, igualmente moralistas e controladoras. Esses dispositivos, calcados na lógica patriarcal, atuam como determinações essenciais de formações econômico-sociais (SAFFIOTI, 1976). Não por acaso as fontes históricas das quais se absorvem as informações, bem como as posteriores produções de dogmas e ideologias discriminatórias, foram majoritariamente produzidas por homens brancos, de alto nível hierárquico na estratificação social e, não raras vezes, pertencentes às estruturas eclesiásticas.

A produção dessas histórias tem como ferramentas primordiais as tecnologias de aniquilação. Visando à manutenção do capitalismo, que se sustenta no patriarcado, na misoginia, na cisheteronormatividade e no racismo, as tecnologias de isolamento e degradação de mulheres identificadas como dissidentes em termos de orientação

2 A cisheteronormatividade representa a fusão entre os sistemas de naturalização da heterossexualidade e da cisgeneridade. Essa estrutura normatiza, legitima e prioriza a heterossexualidade como padrão relacional e a cisgeneridade como a identidade de gênero “naturais”, em detrimento de outras orientações sexuais e identidades de gênero que, marginalizadas, são consideradas desviantes e ilegítimas. Essa perspectiva, alimentada pela dinâmica do capital, serve como sustentáculo para a opressão patriarcal e LGBTIA+fóbica, invisibilizando e violentando a diversidade afetiva, sexual e identitária por meio da definição de padrões do que significa ser mulher ou homem e de quais formas tais sujeitos, categorizados de forma binária, devem se relacionar com seus pares.

sexual têm sido atualizadas ao longo da história, a depender das demandas do capital presentes em cada período ou região. No Brasil, líder mundial no *ranking* de assassinatos de pessoas da população LGBTIAPN+, como indicado no dossiê *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil* (GASTALDI; BENEVIDES; COUTINHO 2022), são múltiplas as inflições de tecnologias do capitalismo incrementadas em prol de uma soberania da aniquilação da diferença<sup>3</sup>. Estas podem ser localizadas em quatro pilares, abaixo detalhados: (1) a medicina; (2) a religião; (3) a justiça; e (4) a memória.

As primeiras, respectivamente as instituições médica e religiosa, entrelaçam as histórias da loucura e da sexualidade femininas ao compartilharem atitudes consonantes por meio da patologização psiquiátrica e da recriminação religiosa da sexualidade, promovendo a marginalização social e, algumas vezes, a internação de mulheres patologizadas consideradas histéricas, amorais, desviantes ou simplesmente não pertencentes à ordem “natural”. Essa lógica manicomial segue presente na atualidade, a exemplo dos debates acerca da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), responsável pela proibição da patologização da homossexualidade. Segundo Aragusuku e Lara (2019), a Resolução vem sendo disputada por grupos conservadores que pleiteiam uma “psicologia cristã”, alegando que as diversidades sexuais e de gênero contribuem para a descaracterização da família, da moral e dos princípios cristãos que supostamente fundamentam a sociedade brasileira. Vale mencionar que ainda que o fundamentalismo religioso, atrelado ao neoconservadorismo, manicomialize a sexualidade, setores diversos da saúde mental e da luta pelos direitos LGBTIAPN+ seguem em luta pela afirmação das identidades de gênero e orientações sexuais como libertação de todas as formas de opressão e exploração.

A terceira instituição se expressa por meio do poder judiciário e punitivo das nações. O principal exemplo dessa forma de controle e dominação de populações dissidentes é a criminalização do envolvimento afetivo e/ou sexual entre pessoas do mesmo gênero, que possibilita que, atualmente, o amor e sexualidade dissidentes sejam passíveis de pena de morte em 13 países (DOSSIÊ MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL, 2022). Apesar de o Brasil não entrar nessa lista, os assassinatos contra homossexuais são mais numerosos no Brasil do que em países onde a prática das sexualidades dissidentes é criminalizada com pena de morte (NO-

<sup>3</sup> No que tange às dinâmicas de absorção de demandas das agendas LGBTIAPN+ pelo capital, observa-se que o modo de produção capitalista tem fagocitado determinadas pautas ao criar nichos de mercado voltados para a diversidade. São exemplos disso a usurpação de movimentos reivindicatórios pela emancipação sexual e de gênero por grandes grupos econômicos, como ocorrido na Parada LGBTIAPN+ e demais datas de visibilidade da comunidade. A criação de um nicho de mercado voltado para a diversidade, que vai desde a expansão da indústria pornográfica até produtos e serviços específicos para as populações em questão (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020), provoca contradições de difícil superação.

GUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020). Vale ressaltar, ainda, que o direito ao casamento homoafetivo, assegurado por decisão do Supremo Tribunal Federal<sup>4</sup>, sofreu ataques em 2023 por meio de um projeto de lei submetido à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, que visa vetar o casamento e a união estável entre pessoas do mesmo gênero (AMOROZO, 2023).

A última dentre as tecnologias mencionadas que compõem o sofrimento imposto à população em questão consiste na impossibilidade de memória sobre a própria história. Estudos acerca da relevância da memória social afirmam que a representação de um grupo ao longo da história molda a construção de subjetividades de indivíduos identificados com ele, como, por exemplo, o caso das identificações de lésbicas e gays com figuras históricas da Antiguidade.

David Halperin (2022) versa sobre a legitimidade das identificações com figuras do passado, qualificando-as como “necessárias, inevitáveis e politicamente vitais” – apesar de deslocadas. O *continuum* verificado, exposto de forma clara pelas identificações contemporâneas com figuras históricas, explicita a ininterrupta presença do passado no presente. Observam-se dois movimentos comuns: por um lado, a continuidade da herança do passado expressa em amores e erotismos entre mulheres, que ocorrem desde os mais longínquos tempos; e, por outro, os movimentos descontínuos atrelados à legitimação e à memória dessas existências.

A menção persistente a figuras específicas, entretanto, também pode ser compreendida pela falta de outros elementos históricos que sustentem a perspectiva desnaturalizante da heteronormatividade. A presença constante da figura da poetisa Safo de Lesbos no que diz respeito às tradições sáficas, por exemplo, chama a atenção. Além de inspirar a etimologia das palavras mais utilizadas no seio dessa tradição (*lésbica*<sup>5</sup> e *sáfica*<sup>6</sup>), a poeta tem sido evocada com constância ao longo da história,

4 A decisão pelo reconhecimento jurídico da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal ocorreu devido ao julgamento de duas ações: primeiro, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, que foi impetrada por Sérgio Cabral, então Governador do Rio de Janeiro, em 2008. O governador reivindicava uma nova interpretação dos artigos 19 (incisos II e V) e 33 da Constituição Brasileira, visando a exclusão de “qualquer inteligência desfavorecedora da convivência estável de servidores homoafetivos, em comparação à tutela juridicamente conferida à união igualmente estável de servidores heterossexuais”. Segundo, no ano seguinte, foi intentada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4227 pelo Procurador Geral da República, que visava a atribuição da interpretação da Constituição Federal ao artigo 1.723. Ambas as ações foram julgadas no dia 5 de maio de 2011, sendo a procedência dos pedidos obtida por unanimidade de votos (LEITE, 2011).

5 Termo derivado da ilha de Lesbos, na Grécia, onde Safo nasceu.

6 Termo derivado do nome da autora, que designa tanto a obra de Safo quanto a cultura e identificação afetivo-sexual.

de forma praticamente exclusiva<sup>7</sup>. O estranhamento frente a essa continuidade prolongada não se deve à autora não representar um marco histórico-cultural de suma relevância, mas sim ao fato de a comunidade sáfica parecer ser a única a se voltar, em tamanha proporção e ao longo de tantos séculos, para uma figura tão distante – histórica e culturalmente. Por que não se veem homens heterossexuais se identificando tão fortemente com autores dos períodos clássicos grego e romano, como Homero,<sup>8</sup> ou mesmo homens gays, reivindicando Cáriton<sup>9</sup>?

Segundo os pesquisadores Jean Baptista e Tony Boita (2017), a forma como cada grupo compreende seu passado determina seu posicionamento no presente e suas estratégias futuras. Diante disso, é plausível que a insistente retomada da poeta grega surja como uma estratégia de resistência às demais ausências de territórios, patrimônios e saberes. Sob a ótica dos autores, tais lacunas de afirmação de identidades podem gerar uma memória silenciada, fortalecendo a vulnerabilidade social do grupo em questão por meio da deslegitimação da sua existência. Antoine Idier (2018) articula as interações entre passado, presente e futuro como uma fonte de constituição identitária singular e coletiva. Entende-se, assim, a centralidade de um movimento triplo na constituição das identidades políticas e sexuais de grupos dissidentes, na medida em que são forjados por “condições de possibilidades herdadas do passado, apropriadas no presente e implantadas no futuro” (IDIER, 2018, p. 1).

Os resultados encontrados por Idier na literatura francesa e descritos na introdução da obra *Archives des mouvements LGBT+: une histoire des luttes de 1890 à nos jours*<sup>10</sup> (2018) são reflexo desse processo: em sua coletânea de documentos de minorias sexuais, o autor constata a insuficiência de registros e denuncia a impossibilidade de constituir a memória como elemento fortalecedor para a comunidade em questão. Argumentando sobre a indispensabilidade da politização histórica das lutas de minorias sexuais, Idier cunha o termo “inventário negativo” como um movimento combativo de contar a história pelas ausências, através de um mapeamento das lacunas do

7 No século II d.C., a autora mais comumente associada às práticas homoeróticas não era Safo, mas Filenes – uma autora/personagem cujas informações biográficas são escassas. Sua autoria é atribuída à escrita de um manual erótico da Antiguidade (BOEHRINGER, 2022), mas sua referência não é comum na atualidade.

8 Homero é considerado o mais antigo poeta da Grécia e fundador da poesia épica. Apesar das informações acerca da sua existência e biografia serem controversas, compreende-se que tenha vivido por volta do século VIII a.C. Ao autor foram atribuídas a autoria das obras *Iliada* e *Odisseia*. Vale mencionar que o autor também escreveu obras com passagens hoje cunhadas como homossexuais, contudo, foi referenciado nesse trecho por sua contribuição reconhecida no imaginário social ser majoritariamente associada aos heroísmos e tragédias gregas.

9 Cáriton de Afrodísias é identificado como um dos mais antigos escritores da Grécia. É autor da obra *Quéreas & Calírroe*, que conta a história erótica dos personagens Quéreas e Policarpo.

10 *Arquivos de movimentos LGBT+: uma história de lutas de 1890 até os dias atuais*, em livre tradução.

que ora não é documentado, ora é apagado.

A rota de fuga da escrita subversiva subsumida pelo “inventário negativo” ecoa as indagações propostas por Paul Preciado (2020, p. 26) acerca da desobediência frente à posição degradante à qual grupos subalternos são sujeitos: “O que significa falar para aqueles a quem foi negado o acesso à razão e ao conhecimento, o que significa para nós, que fomos considerados doentes mentais? [...] Falar é inventar a língua da travessia”.

Observa-se, assim, que a tradição sáfica de agarrar-se à escrita poética como um dos principais elementos de sua cultura não constitui mera coincidência, e sim uma estratégia indispensável de resistência política pela palavra.

Nesse sentido, este trabalho propõe a historicização da sexualidade de mulheres sáficas por meio de uma digressão à Grécia Antiga nos períodos arcaico e clássico. A escolha por esse recorte territorial e histórico se deu tanto pela relevância da autora Safo de Lesbos no bojo da tradição sáfica, quanto devido ao epíteto de “berço da sexualidade” atribuído historicamente ao território. Vale ressaltar que essa descrição de pioneirismo do território grego antigo não é reivindicada no trabalho, na medida em que se reconhecem as existências de vivências de outros povos e civilizações com igual relevância.

Esse deslocamento visará elucidar o funcionamento das práticas afetivo-sexuais e seus significados políticos, proporcionando uma discussão acerca dos discursos de erotismos sáficos no período, especialmente por meio do estudo do papel do eros mélico e dos fragmentos de discursos amorosos da poeta Safo de Lesbos. Trazendo os discursos sobre eros para a contemporaneidade, os elementos apresentados serão articulados à obra da educadora, poeta e ativista negra e lésbica Audre Lorde, com maior especificidade às suas contribuições teóricas “A poesia não é um luxo”, escrita em 1977, e “Usos do erótico: o erótico como poder”, escrito em 1978, ambos situados no livro *Irmã Outsider: ensaios e conferências* (2019).

Se Safo funda a dimensão transgênero do erotismo, Lorde descreve o eros como fonte considerável de poder e informação, articulando a imposição de sua supressão à dominação racista e patriarcal. A autora reivindica, assim, o erotismo como elemento revolucionário para a ruptura com a opressão, abrindo as portas para uma leitura crítica e interseccional. A luta contra o patriarcado e suas correntes, inerente às vivências sáficas – sejam elas explícitas ou de dentro do armário<sup>11</sup> – revelam que as experiências descritas pelas autoras são também universais a mulheres cujas orientações sexuais dissidentes não permitiram a escrita, a vida ou a memória. Punidas,

11 A expressão “estar dentro do armário”, muitas vezes referida somente como “estar no armário,” designa as circunstâncias de sujeitos da comunidade LGBTIAPN+ que, em razão da violência e discriminação social, mantêm suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero em segredo. Estar dentro do armário, portanto, significa não expressar ou viver de acordo com sua identidade autêntica.

degradadas, aceitas, amadas, mulheres sáficas também criaram e seguem criando verbos, inventando, nas palavras de Preciado (2020), uma língua da travessia que, ao desafiar a normatividade, as mantêm vivas.

Produzir-se-á, assim, um inventário negativo crítico composto pelas narrativas subalternas sequestradas e silenciadas de escritoras que trataram, à sua maneira, do sentimento e da sedução entre mulheres, seja na Antiguidade, seja no século XXI. A análise dessa discussão será fundamentada pela luz do materialismo histórico-dialético, de modo a investigar de que forma essas vivências e concepções de sexualidade se confundem, dialogam ou se misturam diante do modo de produção capitalista com viés ultraneoliberal em escalada.

## 2. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise crítica de um tema a partir de fontes bibliográficas distintas. Para tal, foram demarcados quatro eixos temáticos de estudo: (1) memória e história LGBTIAPN+; (2) determinações materiais das opressões de gênero e sexualidade; (3) historiografia das homossexualidades femininas gregas, com foco na poesia de Safo; e (4) discussões acerca da poesia e do erotismo na obra de Audre Lorde.

### 2.1. Fontes bibliográficas

Para o aprofundamento do debate acerca da memória e da história LGBTIAPN+, foram lidos o livro *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*, de Renan Quinalha (2022); o artigo “Memória e esquecimento LGBT nos museus patrimônios e espaços de memória no Brasil” (2017), de Jean Baptista e Tony Boita; os capítulos “Sexualidade, diversidade e história” e “História política do movimento LGBT”, da obra *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*, de Leonardo Nogueira, Maysa Pereira e Rafael Toitio (2020); e trechos da obra *Archives des mouvements LGBT+: une histoire des luttes de 1890 à nos jours*, de Idier (2018).

O segundo eixo também foi trabalhado por meio da leitura de Nogueira, Pereira e Toitio, em especial nos capítulos “Gênero e sexualidade: determinações materiais” e “Diversidade sexual e de gênero, revolução e socialismo – à guisa de conclusão”, que possibilitaram uma compreensão crítica do gênero e da sexualidade através de uma lente materialista histórico-dialética.

Para a construção do conhecimento acerca das sexualidades sáficas, foi realizada a leitura completa da parte “Sociedades Antigas: Grécia e Roma” do livro *Uma história das sexualidades*, de Sylvie Steinberg (2021), e o capítulo “Mito e Poesia Lírica Arcaica: o Homoerotismo no Feminino”, incluso na obra *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*, de Sandra Boehringer (2022). Foram utilizados como materiais, também, a tese *Eros no oikos: relações de gênero e representações da espacialidade e da sexualidade feminina em Atenas do V século a.C.* (SANTOS, 2018) e o artigo “Pólis e oikos, o público e o privado na Grécia Antiga” (FLORENZANO, 2023). A seleção das fontes teve como prioridade a leitura de obras que pautassem a experiência entre mulheres ou, ainda, uma descrição da conjuntura política e social do período atrelada a questões de gênero.

Por fim, foi lida a obra *Irmã Outsider: ensaios e conferências* (2019), de Audre Lorde, com ênfase nos capítulos “A poesia não é um luxo” e “Usos do erótico: o erótico como poder”.

As obras selecionadas para a pesquisa histórica foram eleitas de acordo com a confiabilidade das fontes, a relevância dos temas abordados para a pesquisa – buscaram-se majoritariamente fontes que abrangessem as vivências afetivas entre mulheres ou, ainda, uma descrição da conjuntura política e social do período atrelada a questões de gênero –, e a data de publicação. Os ensaios de Audre Lorde, por sua vez, foram escolhidos em razão tanto da temática abordada por ambas as autoras (Safo e Lorde), quanto devido à postura emancipadora e revolucionária encontrada em suas obras, que aludem a uma compreensão política condizente com a linha norteadora deste trabalho. Ademais, argumenta-se que haja uma urgência no diálogo entre a psicologia e epistemologias subalternas propostas por autoras oriundas de outras áreas do conhecimento, como é o caso da literatura e a política.

## 2.2. Análise crítica

Visando à superação das formas de produção de conhecimento positivistas-burguesas, “neutras e imparciais” e objetivando a escrita de histórias marginalizadas por essas narrativas, adotou-se a historicidade como instrumento para a construção de conhecimento acerca da categoria “sexualidade sáfica”. A perspectiva materialista histórico-dialética é utilizada como lente investigativa dos amores e erotismos entre mulheres nos períodos da Antiguidade grega e da contemporaneidade. A abordagem fornece um direcionamento analítico abrangente, compreendendo os processos históricos de contradição espelhados em uma sociedade em movimento e conferindo à análise das estruturas sociais e econômicas um papel central. Reconhecem-se, a

partir dela, os modos de produção, as distribuições de poder e as organizações sociais como categorias essenciais às condições de vida, inclusive no que diz respeito às dinâmicas do que se denomina homossexualidade feminina atualmente.

O método compreende que coexistem múltiplas determinações sobre a reprodução do real, ou seja, o real, como atividade humana sensível, é produzido de forma historicizada em condições historicamente determinadas. Dessa maneira, a categoria “história” é, também, uma atividade humana sensível, compreendida como um encaideamento de constantes interações entre as determinações particulares e universais que contornam a singularidade do real em cada território, época e sociedade.

A escolha por uma análise crítica que valorize as contribuições da abordagem marxista sublinha a relevância de uma leitura que não abra mão das particularidades históricas de sociedades antigas, mas que, pelo contrário, direcione a uma práxis favorável à emancipação das classes oprimidas – nesse caso, de mulheres identificadas como lésbicas, bissexuais, panssexuais e sáficas.

Dito isso, este trabalho é regido por métodos construídos por epistemologias subalternas que têm como direção uma ciência combativa às violências perpetradas pelo processo de exploração-dominação-opressão colonial incutido no seio social brasileiro.

### **3. Grécia Antiga: a trans-historicidade da escrita de realidades inexportáveis**

A Antiguidade Clássica representa a articulação histórica e cultural das civilizações grega e romana ao longo dos séculos VIII a.C. a V d.C. Herdeira do legado dório<sup>12</sup>, a Grécia Antiga foi uma civilização célebre por sua diversidade linguística e contribuições significativas em uma série de áreas do conhecimento, atravessando seu auge e declínio entre os séculos XX a.C. e I a.C. O período foi posteriormente desmembrado por historiadoras(es) em cinco eras: Pré-Homérico, Homérico, Arcaico, Clássico e Helenístico – sendo os períodos Arcaico e Clássico considerados o apogeu anterior à transformação da Grécia em protetorado<sup>13</sup> romano em 146 a.C.

Apesar do acúmulo de estudos minuciosos acerca de variadas características do período, são recentes os trabalhos dedicados à sexualidade. A área de estudos em sexualidade passou a disputar os campos de estudos sociais durante a década de 1960, no contexto de efervescências segregacionistas raciais e de reivindicações pelos direi-

12 Povo indo-europeu pertencente ao período da Antiguidade. O povo dório contribuiu para o desenvolvimento da cultura grega, juntamente com outros grupos étnicos, como aqueus, jônios e eólios.

13 O termo “protetorado” é utilizado para nomear um território que é colocado sob autoridade de outro Estado, que, apesar de protegê-lo militar e diplomaticamente, submete-o a imposições diversas, a depender da natureza do acordo. O protetorado detém algum grau de autonomia, contudo, não conduz relações externas, tampouco suas finanças e suas defesas.

tos civis nos Estados Unidos, que culminariam na luta em prol de minorias na década seguinte, movimentada pelo advento dos *gay and lesbian studies*, *postcolonial studies*, *queer studies* e *subaltern studies*<sup>14</sup> (BOEHRINGER, 2022). Esse movimento caminhou concomitantemente à produção de diversos estudos voltados para as relações homoeróticas e/ou pederásticas masculinas (e.g. Kenneth Dover, 1978; David Halperin, 1990; entre outros). Contudo, observou-se a negligência em relação à homossexualidade feminina, de forma que não foram realizados estudos específicos com tal recorte. Obras que diziam investigar “a sexualidade” de forma generalizada, tratavam, na realidade, de uma sexualidade específica: a de homens – evocando a sexualidade feminina somente de forma complementar à masculina.

Nos trabalhos iniciais sobre as sexualidades da Antiguidade, os contextos interpessoais de vivências gregas foram abordados como detalhes da “vida privada”, remetendo a relações sexuais extraconjugais no que tangia ao universo masculino, e ao casamento, gravidez ou prostituição no que dizia respeito ao universo feminino (BOEHRINGER, 2021). Os aspectos não estritamente heterossexuais foram muitas vezes omitidos, de forma que passagens explícitas de pederastia escritas por autores clássicos como Platão e Ovídio foram retiradas do currículo acadêmico (BOEHRINGER, 2022). Esse ocultamento contribuiu para a equivocada reprodução de histórias da heterossexualidade como categorias naturais, fixas ou neutras, uma vez que, não retratadas, vivências homossexuais parecem não ter constituído a história.

Evidentemente, a compreensão das sexualidades autênticas do período extrapola as características da conjugalidade e da procriação. A questão que passa a tomar espaço, pois, é: como escrever, nos dias de hoje, uma história da sexualidade e amorosidade entre mulheres na Antiguidade? E, ainda, como tornar possível o diálogo entre essa história e os amores e erotismos entre mulheres na atualidade?

Essa pergunta atravessa, inevitavelmente, uma contradição historiográfica. Dois polos são separados por uma tênue linha: de um lado, a projeção *ipsis litteris*<sup>15</sup> de crenças e concepções afetivo-sexuais do século XXI sobre vivências antigas e, do outro, o completo distanciamento entre as vivências do passado e da contemporaneidade, gerando uma visão completamente abstrata e naturalizada da realidade da Antiguidade. Para ilustrar os dois lados dessa moeda, pode-se pensar que o primeiro caso mencionado, marcado pela projeção de crenças modernas, manifesta-se quando se diz que uma mulher habitante da Grécia Antiga seria “sapatão”<sup>16</sup>, uma vez que se

14 Respectivamente, estudos gays e lésbicos, estudos pós-coloniais, estudos *queer* e estudos subalternos.

15 Do latim “literalmente” ou “nas mesmas palavras”.

16 Gíria informal utilizada para denominar mulheres que se relacionam com mulheres. O termo, frequentemente empregado de forma pejorativa, foi apropriado pela comunidade LGBTIAPN+, tornando-se uma forma de expressão identitária.

relacionava exclusivamente com outras mulheres, por exemplo. Essa afirmação faria com que o(a) locutor(a) incorresse em um erro de anacronismo, visto que o próprio conceito de sapatão é atravessado por fatores políticos contemporâneos. O segundo caso, por sua vez, ocorreria caso se buscasse impedir que mulheres sapatões se identificassem com as obras de Safo, por não ser possível atribuir a ela o conceito de “homossexualidade feminina”, por exemplo.

Halperin (2022) indica horizontes para uma construção historiográfica rigorosa ao propor que as compreensões eróticas correntes são inexportáveis, isto é, não é possível olhar o passado como versões exóticas do que já nos é familiar. Ainda assim, é imprescindível, se não inevitável, observar as possíveis correspondências entre as perspectivas amorosas e eróticas da Era Antiga e da contemporaneidade, visto que o próprio amor entre mulheres pode ser considerado um fato objetivo para a garantia de uma realidade trans-histórica (BOEHRINGER, 2022) dos movimentos sáfico, lésbico, bissexual e panssexual de mulheres no século XXI. O caminho indicado pelo autor é de busca pela compreensão dos cruzamentos, subdivisões e repartições entre as categorias próprias à cada sociedade Antiga e as categorias elaboradas a partir de perspectivas contemporâneas. Observa-se, assim, uma leitura que contrapõe o reducionismo do fenômeno ao defini-lo como um fato social total.

Não se trata de narrar a história das sexualidades dissidentes pela oposição à história da heterossexualidade ou como uma tentativa de descoberta de onde se iniciou a homossexualidade para justificá-la – investigação essa que jamais ocorreria com a heterossexualidade, inclusive. Tampouco se busca relacionar de forma simétrica as sexualidades grega e contemporânea, mas sim entender de forma histórica o funcionamento da primeira e suas influências na atualidade.

Produzir uma história das sexualidades sob a ótica do materialismo histórico-dialético, aqui adotada como perspectiva norteadora, significa (1) escrevê-la com o compromisso com a desuniversalização do sujeito liberal e positivista, rompendo com uma hermenêutica alienante do sujeito, e (2) compreendê-la como um sistema de hierarquizações que deve ter como horizonte a desnaturalização de poderes, corpos, gêneros, culturas e subjetividades (BRAMBILLA; KAHHALE, 2022). Esse movimento possibilita traçar as múltiplas heranças fragmentadas, como a diversidade das práticas sexuais, as relações no que tange às diferenças de idade, as orientações sexuais e a nomenclatura ou ausência de concepções acerca de temas como os que hoje denominamos “sexualidade”, “consentimento”, “estupro”, entre outros.

### 3.1. Determinações materiais das sexualidades antigas

Ao debruçar-se sobre os estudos historiográficos da homossexualidade feminina, Sylvie Steinberg (2021) defende que não somente a categoria tem sido expressivamente reformulada ao longo da história, como também a anacrônica concepção de sexualidade remete ao vazio na cultura grega. Esse mesmo efeito se aplica às noções de homossexualidade, heterossexualidade e demais orientações sexuais – que só surgiram séculos depois, em 1868 e 1892, respectivamente. Não obstante, historiadores como Halperin (1990) têm atribuído o termo *before sexuality* ao período, justamente devido à inexistência de uma compreensão da categoria como é entendida hoje. O vácuo cultural evocado por essas palavras não foi meramente resultado de ninguém as ter neologizado naquele período, e sim devido ao fato de que as invenções humanas não poderiam surgir de forma espontânea na ausência de condições materiais propícias para tais formulações, como ocorreria séculos depois, sob as condições estabelecidas após a Revolução Industrial. A falta de correspondência entre as concepções antigas e contemporâneas não denotam a inexistência de envolvimento que dissessem respeito, a sua própria maneira, ao sexo e à paixão.

Se, por um lado, a sexualidade expressa através das relações afetivo-eróticas refletiam as condições de uma civilização hierarquizada, por outro também sustentavam a reprodução das relações de classe e a manutenção do sistema de produção em vigor. Ou seja, na mesma medida em que as expressões subjetivas da sexualidade eram moldadas pelas contradições sociais, a categoria de sexualidade em si implicava práticas sociais, materiais e simbólicas que estruturavam essa civilização, em um movimento dialético. Nesse sentido, a investigação das amorosidades e erotismos entre mulheres não pode se eximir da contextualização do cenário político-econômico e como este forjava as significações do papel social feminino.

A civilização grega antiga se apoiava em dois pilares essenciais: a escravização e a democracia. O primeiro operava como uma instituição centralizadora da sociedade, de forma que as(os) escravas(os) constituíam uma parcela significativa da população. A democracia, por sua vez, era restrita aos homens livres, nascidos em demarcações territoriais específicas. A titulação de cidadão permitia o exercício da política – ou πολιτεία/politeia – nas ágoras<sup>17</sup>, ou seja, a livre elucubração referente à sociedade, à comunidade e aos demais aspectos da vida coletiva. Tal delimitação jogava à margem

<sup>17</sup> Derivada da palavra grega “ἀγείρω” (“reunir”), o termo “ágora” (do grego, ἀγορά) traduz-se como “assembleia” ou “lugar de reunião”. As ágoras eram praças e espaços abertos da pólis cuja função era viabilizar as discussões políticas e culturais entre cidadãos. Constituíam, pois, a expressão máxima da democracia grega.

os direitos sociais de mulheres, estrangeiras(os) e escravas(os), negando-lhes o poder de decisão sobre a vida pública.

Enquanto aos homens livres cabia o manejo da pólis – a vida pública política da cidade-estado grega –, as mulheres eram responsabilizadas pelo cuidado do *oikos*, uma unidade social e política composta por uma família nuclear, cujo poder recaía na figura do pai, “senhor da casa”. Lisiana L. T. da Silva e Jussemar W. Gonçalves (2014) ressaltam o papel fundamental das mulheres na vida privada, destacando que, apesar de despossuídas da prática cidadã, atuavam de forma fundamental na reprodução legítima da estrutura social como mães de filhos cidadãos. Segundo Saffioti (1976), apesar de serem política, social e juridicamente inferiores aos homens, as mulheres participavam do sistema produtivo das sociedades pré-capitalistas, desempenhando um papel subsidiário nas funções econômicas.

Em uma análise acerca das determinações históricas da sexualidade, Nogueira, Pereira e Toitio (2020) criticam formulações diversas, tanto sobre a Grécia Antiga quanto sobre a Modernidade, que desconsideram as desigualdades sociais no que diz respeito ao cotidiano, ao usufruto dos produtos do trabalho e à própria reprodução social. Falar da sexualidade de mulheres na Grécia Antiga significa, portanto, falar de relações entre pessoas tolhidas de participação política em uma democracia grega, na qual transparecem os vestígios ainda incipientes de uma estrutura classista-patriarcal que se aperfeiçoaria ao longo da história para suprir as necessidades de uma reprodução social de dominação (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020).

Esse panorama abre portas para uma análise abrangente das sexualidades em seus contornos materiais, históricos e dialéticos, não permitindo que se abra mão das particularidades dos corpos, gêneros e suas respectivas funções sociais. Nesse contexto, a adoção de uma ótica desengessada também se faz presente: a sexualidade é compreendida não somente em termos de práticas sexuais e reprodutivas, mas, também e principalmente, como as vivências de intimidade, prazer e erotismo.

### **3.2. Entre o íntimo, o identitário e as instituições (extra)conjugais**

A obra *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*, da autora Sandra Boehringer (2022), esboça uma cartografia erótica do desejo feminino grego. Segundo a autora, os envoltimentos íntimos de ordem afetivo-sexual na Grécia Antiga não tinham como critério a genitália ou mesmo a performance do que hoje denomina-se gênero (BOEHRINGER, 2021).

O vínculo entre a identidade e a orientação sexual é complexo na mesma medida em que é recente: a concepção de que a orientação sexual molda a identidade dos

sujeitos irrompeu na Europa burguesa, entre os séculos XVII e XX (BOEHRINGER, 2016). Nesse período, o sexo passou a adquirir novos papéis no meio social, “passando a ser investido de uma importância inédita, capaz de definir e normalizar o ser moderno” (HALPERIN, 1998, p. 96-97). Essa perspectiva foi aprimorada com o emergir do “instinto sexual” como uma função autônoma da experiência humana no século XIX, que suscitou um modelo psicologizante de subjetividade sexual. Esse modelo, pautado na perspectiva essencialista, opera pela associação entre aspectos como a saúde mental, as escolhas eróticas, os níveis de suposta normalidade ou desvio a uma personalidade específica, um modo de “ser” perene e imutável denominado “sexualidade” (HALPERIN, 1998).

Boehringer menciona que a própria divisão dos sentimentos, práticas e desejos sexuais das demais atividades humanas aponta para a contemporaneidade desse discurso, que, na Antiguidade, “nada” dizia sobre a construção do sujeito. Na Grécia Antiga, indivíduos que se dedicassem a práticas sexuais específicas não atribuíam a esse fato um aspecto identitário de maneira nem fluida e tampouco fixa, como as categorias de orientação sexual modernas. Nessa civilização, o domínio da sexualidade constituía-se em diferentes âmbitos, como na educação, na política ou no contexto do banquete, mas sempre como prática e não como um estado fixo.

As mulheres gregas também não se definiam em função do sexo ou da desigualdade política, não existindo uma homogeneidade da categoria “mulher” ou uma noção identitária referente à uma possível “natureza feminina consciente”. A noção de que uma mulher ou um homem definisse as particularidades de seu ser de forma íntima ou psicológica à vista de parceiras ou práticas sexuais era inconcebível.

O descolamento das normas sexuais-reacionárias hodiernas por parte dessa sociedade ocasionou a formação de um imaginário social moderno de “promiscuidade” atrelado ao “berço da civilização”. A retratação explícita do erotismo nas artes poéticas e visuais, em especial as representações homossexuais, tornaram-se alvo de condenações moralistas associadas ao pecado e à ausência de pudor, resgatadas dos valores medievais.

Apoiando-se em Mark Jordan (2007), Boehringer descreve a distorção teológica da “sodomia” para torná-la um meio de condenação das relações homossexuais na Idade Média, especialmente na Itália comunal. O termo “sodomita” remonta à história da cidade de Sodoma, destruída por Deus em razão da arrogância e ingratidão de suas(seus) habitantes. Assim, no “crime de sodomia” estavam abarcadas transgressões religiosas diversas, como a usura, a heresia, a blasfêmia e o crime de lesa-majestade, bem como diferentes tipos de comportamentos sexuais proibidos. Com o tempo, a palavra passou a ser generalizada para tornar-se sinônimo das abundâncias

sexuais e, posteriormente, do desejo entre pessoas do mesmo sexo, em especial o desejo e ato da penetração anal. A expressão “vício sodomita” também foi amplamente utilizada para qualificar estupro e abusos sexuais perpetrados por homens contra meninos jovens.

Apesar de mais escassos, registros históricos permitem a compreensão da extensão da problemática à cultura sáfica, não somente no que tange às práticas sexuais, mas, também, às amorosidades, como demonstrado pelo fragmento do livro *Tratado do amor cortês*, de André Capelão (2019). Datado de 1185, o autor comenta que o amor só existe entre pessoas de sexos opostos, não podendo haver amor entre dois homens ou duas mulheres devido à uma proibição da natureza.

As práticas sexuais femininas com penetração realizadas com a confecção de artifícios também chamaram a atenção da ordem religiosa, e, apesar de indicarem uma denúncia, oferecem informações acerca das práticas sexuais medievais. É o caso do trecho descrito por Burcardo de Worms, bispo responsável pela coleção de leis canônicas denominada “*Decretum*”, em que o autor escreve “[...] Fizeste o que certas mulheres têm o costume de fazer, fabricaste uma máquina do tamanho que te convêm, ataste-a na altura do teu sexo ou daquele de uma companheira e fornicaste com outras mulheres más [...]?” (BOEHRINGER, 2016).

O repúdio à sodomia feminina extrapolava o campo social e contaminava, também, a lei: segundo os estatutos das comunas de Camerino e Treviso, mulheres que se relacionassem com mulheres, ou seja, que cometessem tal pecado contra a natureza, deveriam ser atadas nuas a um pelourinho disposto em praça pública, para terem seus corpos queimados no dia seguinte (BOEHRINGER, 2021).

Essa digressão ilustra o legado da intolerância de algumas religiões ocidentais que repudiam vivências de sexualidade que não tem como propósito a reprodução e que seguem sendo reivindicadas na atualidade. Além de sustentar uma hipótese homofóbica em sua natureza, essa interpretação, alimentada também pela academia – que discursa de forma retraída e pejorativa sobre o “amor/vício grego” (BOEHRINGER, 2021) –, suscita o pensamento equivocado de que essa sociedade era imune a normas limitantes e estereotipadas de uma socialização erótica, e, por essa razão, seria necessário controlar e punir tais vivências. O que ocorre, contudo, é que os costumes eróticos e amorosos gregos estavam circunscritos a paradigmas particulares ao período. Não se trata, portanto, de uma cultura de “libertinagem”, mas sim de uma cultura que estabelecia contratos sexuais pautados em outras características e dinâmicas, como, inclusive, a procriação, a transmissão de patrimônios e a pedagogia das iniciações sexuais.

Como previamente mencionado, a aquisição da condição de cidadão era um aspecto crucial nessa civilização. A possibilidade de transmissão de bens e criação de

filhos legítimos que pudessem reivindicar essa posição de cidadania ao atingirem a maioria tornavam o casamento um elemento central para a ascensão social (BOEHRINGER, 2021). No entanto, apesar de cantos da Era Antiga e registros de epitáfios dos períodos clássico e helenístico indicarem uma abertura para práticas eróticas e afetivas entre os pares no âmbito conjugal, entende-se que essa relação não ocorreria *a priori*. Um casamento poderia ter como consequência uma união apaixonada entre pares e/ou uma vivência de sexualidade prazerosa, mas não existiria nele, por si só, uma condição para que isso ocorresse. Os registros matrimoniais analisados por Boehringer ilustram a pluralidade de discursos sobre as uniões conjugais das(os) antigas(os). Ainda assim, a autora chama a atenção para os contratos matrimoniais e imagens documentadas em recipientes encontrados em uma parcela do Egito povoada por pessoas gregas após a conquista alexandrina. Os dados demonstram tanto a idealização do casamento e da vida das esposas quanto o papel burocrático dos casamentos como uma representação restrita a indivíduos livres que representavam uma aliança entre famílias, não considerando os sentimentos e a vida da futura esposa. Não se tratava, assim, de uma instituição romântica, mas sim de transferência de dotes e controle das mulheres, que passavam da tutela do pai ao esposo.

A conjugalidade era utilizada como sistema de desigual controle entre homens e mulheres, de forma que na vida grega a dois as mulheres não poderiam manter relações sexuais extraconjugais, arriscando serem vítimas de severas punições e julgamentos caracterizados como “piores que o estupro” (BOEHRINGER, 2021). Já aos homens, esse privilégio era garantido de forma lícita e, por vezes, até mesmo valorizada. Diferentemente do veto moral aos casamentos homoafetivos entre mulheres da atualidade, a união matrimonial não ocorria no período somente devido à impossibilidade de transmissão de bens, na medida em que mulheres ocupavam um *status* social inferiorizado na civilização.

As autoras também apresentam outros complexos aspectos das contratualidades sexuais. Assim, se por um lado a genitália e as práticas sexuais em si não constituíam nem um fator de valorização ou repúdio, inexistindo o opróbrio às relações atualmente denominadas homossexuais, por outro, a condenação moral se dava por critérios de ordem social, como o estatuto dos parceiros, o estatuto conjugal das mulheres, o tipo de ato realizado, entre outros. Um exemplo são as recomendações escritas nas entradas de santuários na Grécia clássica e helenística. Segundo os documentos, o contato com fluidos corporais, caracterizados como “máculas”, como outros comportamentos, entre eles dar à luz, cuidar de defuntos ou ir à guerra, não carregavam em si um caráter condenável e perene. Sugeria-se, apenas, que os sujeitos lavassem os corpos ou esperassem um tempo específico para entrar nos templos. Vale mencionar,

ainda, que não eram feitas diferenciações no que tange às relações entre o mesmo sexo ou com de sexos opostos.

O sistema de normas sexuais era designado pelo paradigma *katá nómon x para nómon*, sugerindo, respectivamente, o que era e o que não era adequado socialmente. Esse dualismo se distancia profundamente das interpretações opositoras entre normal x patológico e pecado x virtude, que, diversas vezes atribuídas à Grécia Antiga, simplesmente não cabem em seu contexto. Uma mesma prática poderia ser considerada como *katá nómon* ou *para nómon*, na medida em que a moral sexual era avaliada em função de critérios diversos, de forma exclusivamente estatutária.

Além disso, o fundante papel pedagógico cumprido pela homossexualidade na civilização parece ter sido consensuado entre diversos historiadores do tema. Sob essa perspectiva, no período arcaico as práticas sexuais homoeróticas seriam organizadas como modelos iniciáticos civilizatórios entre homens e meninos, indicando uma assimetria etária e também social. Boehringer (2022) problematiza a generalização dessa tese para as relações homoeróticas entre mulheres e destaca a insuficiência de documentos que permitam supô-la.

Ainda assim, considerando a tendência à projeção entre representações masculinas e femininas, vale ressaltar a crítica proposta por Halperin em sua obra *One Hundred Years of Homosexuality: And Other Essays on Greek Love* (1989).<sup>18</sup> O autor propõe que a “purificação da pederastia do desejo sexual”, marcada pela ideia de uma socialização ritualística realizada somente sob eventualidades prescritas, parte de uma premissa que insiste em isentar os sujeitos de uma preferência pessoal, perpetuando a perspectiva de uma heterossexualidade de ordem natural. O autor não nega a possibilidade de um eixo pedagógico na caracterização dessas relações, mas denuncia a lógica moralista que pauta uma oposição “natural” entre a homossexualidade e a heterossexualidade, que ocorreria tanto na perspectiva de relações entre homens, quanto mulheres.

#### 4. O eros Sáfico

Sem dúvida, a apreensão das contratualidades sexuais fornece uma visão da realidade material da dominação e subjugação das mulheres da época. Contudo, estudá-las não permite o contato com as concepções autênticas acerca do amor e da sexualidade – em especial os amores e erotismos sáficos, que contemplam uma dimensão velada. Esses dois elementos (amor e sexo), apesar de compreendidos como experiências atemporais, são estruturados de maneiras diferentes a depender da conjuntura his-

<sup>18</sup> *Cem anos de homossexualidade: e outros ensaios sobre o amor grego*, em livre tradução.

tórico-política em que os sujeitos estão inseridos (BOEHRINGER, 2016). Ou seja, existiam paralelos para as abstrações hoje denominadas “amor” e “sexualidade” na Grécia Antiga, mas a forma de expressá-las, compreendê-las e vivê-las só pode ganhar sentido quando relacionada às condições históricas e culturais do período.

A primeira distinção entre as concepções antigas e contemporâneas reside na linguagem: se o termo “sexualidade” a nada remete na tradição grega, é através do conceito de “eros” que se fala sobre as experiências referentes à intimidade e às paixões na Grécia Antiga. Conforme Boehringer (2021), o termo surge durante o período homérico e passa a ser utilizado de forma não restrita às práticas sexuais, podendo ser evocado em poemas para designar uma satisfação de desejo relativo à comida ou bebida, por exemplo. Já no período arcaico, entre os séculos VII e VI a.C., a expressão passa a designar de forma mais específica as sensações que dizem respeito ao que hoje denominamos amor e sedução. O erotismo diferencia-se do amor moderno e contemporâneo, entre outros fatores, por não poder ser ampliado às relações familiares e entre amigas(os), por exemplo – essa concepção estaria mais próxima do conceito grego de *philia*.

Apesar de cultivar o nome da divindade mitológica – deus Eros, deus da paixão –, o eros era constantemente significado na poesia grega como um impulso arrebatador não antropomorfizado que leva ao desejo sexual por alguém do mesmo sexo ou do sexo oposto, podendo esse desejo ser concretizado ou não. Claude Calame, em sua obra *Eros na Grécia Antiga* (2013), explicita essa dicotomia ao descrever eros como o “doce encanto de um amor, suficientemente concreto para assumir a figura humana e suficientemente potente para agir como uma divindade” (p. 5).

Diferentemente da poesia épica, que por vezes relaciona eros ao desejo de guerra, a poesia mélica se destaca pela expressão erótica associada à música, à emoção e à beleza. A palavra “mélica” deriva do grego *melos*, que significa “canto”, e ressalta a relação entre poesia e música: os poemas líricos eram frequentemente acompanhados por instrumentos musicais, como liras e cítaras, e cantados publicamente por coros de jovens ou pelas(os) poetas responsáveis por sua escrita (BOEHRINGER, 2021). Esse movimento artístico ocorria em contextos diversos, de festas a celebrações religiosas, e não raras vezes continha passagens homoeróticas femininas. Boehringer, no subtítulo “Eros, o desejo como força”, exemplifica esse dado a partir de uma composição do século VIII a.C., de autoria do poeta Álcman (Fragmento 26). Escrita por encomenda da pólis espartana, a composição cujo eu lírico feminino é explícito e repleto de passagens de sedução e desejo, é cantada e interpretada por meninas jovens. O amor e a sedução entre mulheres, portanto, eram declamados e cantados de forma pública na poesia arcaica, sendo esta marcada por elementos como o sofri-

mento vivido pela disputa entre a ausência e o desejo pelo toque físico, a relevância dos olhares eróticos e as comparações da beleza do objeto erótico a corpos celestes. No fragmento, a figura de desejo denominada Astimelusa é descrita como uma mulher idealizada, que sequer responde ao eu lírico. A comparação do objeto de desejo com os astros confirma a inalcançabilidade amorosa.

Conforme descrito por Livia Gonsalves Toledo (2008), a arte desempenha um valioso papel de explicitação das práticas estabelecidas e aceitas em uma sociedade. Essa posição dialoga com a relevância descrita por Boehringer acerca da função política e pedagógica dos coros juvenis na pólis. Segundo a autora, os coros de meninas e meninos eram considerados estágios importantes na vida de jovens no período arcaico nos âmbitos da educação e da política (Boehringer, 2021).

Apoiando-se em James Smalls, Toledo comenta que as obras artísticas com representações mitológicas produzidas ao longo da história ocidental, sobretudo durante o Renascentismo, ilustraram uma vasta gama de relações homoeróticas entre homens, tornando raras as representações de relações entre mulheres. As poucas obras reconhecidas que retrataram essas configurações afetivas foram desenvolvidas por homens, de forma que não sugeriam uma aceitação da afetividade entre mulheres, mas sim a saciação do prazer masculino fetichizante das relações sáficas.

Esse efeito não ocorre na Grécia Antiga: a análise da obra de autores gregos do período (e.g. Alcman e Anacreonte) permite afirmar que, ao menos na poesia, a fetichização masculina não encontrava sentido, visto que os envolvimentos sáficos eram descritos tais quais outras práticas relacionais. Além de encontrarem voz em autores homens que transitavam por eus líricos femininos, as expressões homoeróticas de mulheres também ressoaram na escrita de mulheres, especialmente em Safo.

Nascida em Mitilene, na Ilha de Lesbos, em torno do século VIII (BOEHRINGER, 2021), Safo tornou-se célebre pela escrita de obras poéticas que narravam o erotismo feminino em primeira pessoa – apesar de se tratarem de eus líricos fictícios, não dizendo, necessariamente, de sentimentos vividos pela poeta, mas sim por um eu personagem.

Safo é reconhecida como uma das mais proeminentes poetisas do gênero lírico, apesar de suas obras terem chegado à modernidade de forma esparsa. Como em Alcman, o eros contido em sua produção é, variadas vezes, reconhecido como eros mélico. Caracterizado por tornar tanto homens quanto mulheres reféns de uma paixão extasiante que remete a um estado de perda do controle de si, de invasão de sensações que transformam o sujeito em vítima, esse eros tem a doçura como elemento principal.

O eros de Safo, tal qual os eros mélicos do período, não aponta uma diferenciação

erótica baseada no sexo, de modo que são narradas cenas eróticas de personagens ora com homens, ora com mulheres (embora sejam raras as descrições de relações eróticas entre um homem e uma mulher). A força desse elã se dá pela assimetria entre o desejo daquela(e) que é cativada(o) e a resistência daquela(e) que desperta esse sentimento, instigando sentimentos intensos e paradoxais, que transitam entre a visceralidade e o encanto, o prazer e a angústia. Tais sensações são descritas por Safo como um eros “doce-amargo” (*glukupiros*).

Boehringer (2021) descreve a constante negação dos elementos eróticos na obra sáfica: o desejo de ver o erotismo expresso na obra da autora grega como uma manifestação intensa de amizade entre mulheres atravessou inúmeros autores, como o psicanalista Georges Devereux (1970), que argumenta que as aflições físicas vividas pela personagem eram fruto da percepção de uma anormalidade.

A negação reflete uma lente moralista moderna e contemporânea carregada de LGBTIAPN+fobia, que insiste que o contexto encomiástico narrado não decorre do desejo, mesmo quando se observa a aparição de elementos homoeróticos com componentes físicos e evocações íntimas sofisticadas que seguem o mesmo padrão poético-erótico de outros autores, embora estes nunca tenham tido sua dimensão erótica negada. Por esses aspectos, Boehringer afirma que o amor lírico expresso na obra de Safo só poderia ser percebido de forma erótica no período em que sua poesia foi concebida.

Os amores e erotismos homossexuais femininos descritos por Safo não são apresentados de forma transgressiva, e os sentimentos de angústia e melancolia são descritos em virtude da própria caracterização erótica e mélica do gênero. O eros, assim como na escrita de outros autores do período, nunca é descrito por um viés de estigmatização ou condenação social. Pelo contrário, a disseminação dessa ideologia opressiva só passou a se dar durante o Império Romano, sob influência marcante da tradição judaico-cristã, reconhecida por sua postura extremamente repressora da homossexualidade.

Essa conduta teve como expoentes os imperadores Teodósio I (347-395) e Teodósio II (401-150), que, reconhecidos por terem oficializado o cristianismo no Império Romano, decretaram a condenação de homens homossexuais com tendências “afeminadas” e/ou de “passividade” (COELHO, 2015). Os imperadores, embasados nas perspectivas religiosas da moral e das leis naturais, pregavam que as relações entre homens e mulheres seriam a expressão máxima da vontade divina.

Pouco se fala sobre relações homossexuais femininas nesses documentos, mas a Epístola aos Romanos, supostamente escrita por São Paulo em viagem missionária à Grécia em período similar, denuncia as relações homoeróticas femininas, descreven-

do-as como antinaturais e desviantes (COELHO, 2015). Nesse contexto, uma série de poemas de Safo foi lançada às chamas em dois episódios distintos que se tem notícia – em um primeiro momento no ano de 380 e, posteriormente, no início do Cristianismo (SILVEIRA-BARBOSA, 2023). Segundo Silveira-Barbosa, um fragmento poético resistente a esses ataques e desgastes do tempo declara: “sei que alguém no futuro também lembrará de nós”.

Esse verso deixado pela autora convoca para a análise: o “nós” lírico não é descrito, deixando em aberto se se trataria de um “eu” coletivo empregado para as composições corais ou mesmo se a autora constituiria essa coletividade. As análises feitas outrora neste artigo acerca da inexistência de uma noção identitária mediada pelas orientações sexuais também contribuem para a argumentação de que, muito provavelmente, a palavra “nós” não se refere a comunidade de mulheres que mantinham relações entre si, especialmente porque não há evidências de marginalização do grupo em razão de práticas sexuais. Nesse sentido, certamente não é possível deduzir o significado pretendido pela poetisa nesse trecho, uma vez que sua obra é fragmentada e os registros sobre a homossexualidade feminina na Grécia Antiga não fornecem informações suficientes ou explícitas para que se possa pressupor seu contexto.

Ainda assim, é possível tomar seu trecho emprestado e realocar a frase da autora em uma interpretação contemporânea sem conjecturar suas intenções. Não se pretende, aqui, desvirtuar o contexto original ao conferir novos significados ao verso de Safo, mas sim construir novos sentidos que se alinhem com a realidade atual, como a possibilidade de que a vontade seja expressa pelo desejo de preservação da memória. O uso da expressão “alguém no futuro” indica uma preservação singular, e não por todas as pessoas das gerações seguintes, podendo indicar que não se trataria de uma memória relevante para grupos majoritários e detentores de maiores poderes, mas sim para grupos minoritários que teriam menos registros de uma memória social coletiva.

Essa interpretação sublinha a importância de manter viva a memória e a escrita de mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres. Conduz também ao enfrentamento manifestado nas comunidades femininas ao longo da história que têm resistido aos ataques de aniquilamento de sua memória. A reivindicação da obra sáfica ultrapassa a leitura pura de sua produção, o corriqueiro uso das palavras lésbica e sáfica e mesmo a referência direta e frequente à autora em obras contemporâneas. Trata-se da preservação milenar de perspectivas amorosas e eróticas entre mulheres, que encontram na poesia feminina sáfica um símbolo histórico da luta e do combate à naturalização da heteronormatividade.

## 5. A resistência não é um luxo: as ressonâncias sáficas em Audre Lorde

Um aspecto central do legado de Safo reside não nas palavras utilizadas em sua poesia, tão particulares e características da vivência grega antiga, mas na possibilidade de uso da escrita como potente ferramenta na fabricação de memórias de grupos dissidentes, em especial o de mulheres que amam mulheres. Nesta seção, buscar-se-á investigar as ressonâncias sáficas na obra de Audre Lorde, autora cuja prosa e a poesia passaram a entrelaçar palavra e resistência, tornando a escrita um instrumento crítico para a consolidação de epistemologias avessas aos imperativos racistas e heteronormativos. Serão descritas duas argumentações – uma sobre a poesia como recurso e, em seguida, o uso do erotismo como poder.

Vale mencionar que essa correlação não visa atrelar à obra de Lorde uma influência direta da autora arcaica, na medida em que não foram encontradas nas fontes utilizadas quaisquer referências à Safo. A relação tecida será feita somente no que tange à relação entre autoras que, cada uma à sua maneira, provocaram reflexões acerca da escrita poética e do erotismo.

Audre Lorde foi uma escritora feminista interseccional negra, lésbica e militante pelos direitos civis, sexuais e raciais. A autora, estadunidense e de ascendência caribenha, tornou-se um expoente nos campos da teoria, práxis e literatura ao se utilizar da escrita para amplificar vozes marginalizadas. Lorde nomeava a sexualidade como parte integrante de si e descrevia sua poesia como uma intersecção entre ela própria e seus mundos (ROWELL; LORDE, 2000), de forma a enlaçar as dimensões política e poética em um único nó, propondo uma relação dialética entre suas vivências e sua escrita.

Sua perspectiva poética é trabalhada com maior detalhamento no capítulo “A poesia não é um luxo”, da obra *Irmã Outsider: ensaios e conferências* (2019). A autora propõe uma análise das estruturas que a cercam ao descrever a estrutura socioeconômica capitalista e imperialista vigente como um sistema determinado pelo lucro, pelas relações de poder hierárquicas e por um processo de desumanização dos sujeitos pelas instituições. Nesse cenário, Lorde demarca um distanciamento epistêmico das produções patriarcais literárias da branquitude. A poesia branca e masculina, arraigada nas profundas raízes coloniais, é denominada como um “estéril jogo de palavras”, que toma a palavra de forma banal e deturpada ao promover não a emancipação, mas a tonificação de sistemas opressivos que são atualizados em estrofes esvaziadas.

No horizonte de exploração dos sujeitos em prol do acúmulo de lucro, a vivência e expressão de sentimentos operam segundo a lógica do racionalismo hegemônico, sobre a qual se espera uma submissão dos sentimentos à razão – tal como a submissão das mulheres aos homens. A submissão feminina citada pela autora é mantida por

meio de uma socialização misógina: ensinadas a respeitar mais seus medos do que a necessidade de significar suas emoções e pensamentos, mulheres carregam o peso de inúmeros silêncios que, com o passar do tempo, tornam-se sufocantes e adoecedores.

Expande-se, também, a análise de Lorde em relação à submissão feminina ao processo de silenciamento instaurado pela maior história de escravização da humanidade, cuja ausência de reparações históricas segue alimentando um trauma colonizador, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil. Segundo Patrícia Hill Collins (2015), a escravização de homens e mulheres vindos de África foi uma instituição profundamente patriarcal, alicerçada na autoridade do homem branco e na propriedade privada. Não é de se espantar que os silenciamentos coloniais incidam ainda hoje na vida dessas mulheres, na medida em que a transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de classes somente atualiza as violências racistas e patriarcais por meio de uma estrutura imperialista opressora.

Os patriarcas brancos nos disseram: “Penso, logo existo”. A mão negra dentro de cada uma de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: “Sinto, logo posso ser livre”. A poesia cria uma linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade. (LORDE, 2019, p. 47)

A poeta critica a perspectiva europeia da vida como um “problema a ser resolvido” por ideias racionais e posiciona-se a partir de uma noção contra-colonial da vida como uma experiência com a qual se deve interagir. A poesia, portanto, inverte a tradicional lógica racionalista dominante, que condicionaria a existência à lógica, por um movimento destilador e revelador da experiência. A manifestação poética é metaforizada como “iluminação”, ou seja, iluminam-se os sentimentos por meio da verbalização. A autora argumenta que, apesar de não terem nome ou forma, os sentimentos pré-poéticos já são sentidos pelo sujeito, podendo, assim, o indivíduo “sentir, logo, existir”. A destilação da experiência da qual brotaria a “verdadeira poesia” constituiria a criação do pensamento, uma vez que este só pode ser elaborado por meio do fazer poético.

A tese defendida no ensaio é de que, muito diferentemente de um ato puramente estético ou luxuoso, a poesia é uma necessidade vital para a existência e sobrevivência de mulheres nas sociedades capitalistas.

A relevância política expressa por Lorde é corroborada por Agatha da Luz, Juliana de Miranda e Aiana Silva (2019), que destrincham a importância social e subjetiva da literatura lésbica preta na dimensão raça-sexualidade-gênero. Para as autoras, a literatura negra lésbica é um recurso emancipador de afetos e vivência por proporcionar a possibilidade de essas mulheres serem vistas de forma humanizada por meio da

quebra do não-lugar. Essa ruptura viabiliza movimentos de identificação e pertencimento capazes de liquidar a marca da solidão ancestral (LUZ; MIRANDA; SILVA, 2019), por meio da potencialização do sonho, da esperança e da mudança – ora como linguagem, ora como ideia, mas, posterior e finalmente, como ação tangível (LORDE, 2019). A escrita, portanto, é vista como uma indagação dos processos opressores e, concomitantemente, como uma tarefa.

[...] Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio? Para algumas de vocês que estão aqui hoje, talvez eu seja a expressão de um dos seus medos. Porque sou mulher, sou negra, sou lésbica, porque sou quem eu sou – uma poeta negra guerreira fazendo o meu trabalho –, então pergunto: vocês tem feito o trabalho de vocês? (LORDE, 2019, p. 45)

No trecho, Lorde destaca a relevância da interseccionalidade, descrevendo os elementos interseccionais de suas vivências como mulher negra e lésbica e desafiando as leitoras à ação política de nomear e resistir pela palavra em nome de uma classe que compartilha diferentes eixos de opressão. Trata-se de uma tarefa voltada para a crítica e a autocrítica e que convoca a busca pelas palavras, lacunas e silêncios.

Um dos silêncios propostos por Lorde, que, em sua supressão, sufocaria os indivíduos, era o erotismo. A autora reinventa as compreensões acerca do termo a partir de uma perspectiva de vivência do erótico sob uma conjuntura neoliberal racista-patriarcal. Enquanto o erotismo mélico do período arcaico era frequentemente retratado pela idealização frente ao objeto de desejo, a compreensão erótica proposta por Lorde convida a considerá-lo como uma arena para a discussão de poder, identidade, diversidade e resistência.

O ensaio “Usos do erótico: o erótico como poder” é composto por dois momentos: o de análise política e o de reivindicação do erotismo. No primeiro momento, a autora denuncia as estruturas patriarcais e racistas de opressão que permeiam a cultura e a história, argumentando que um dos principais aspectos da dominação feminina se dá por meio da supressão do erótico como fonte considerável de poder e informação. Na sociedade de classes, marcadamente atravessada pela dominação patriarcal de mulheres, o erotismo passa a provocar sensações de culpa e não merecimento, fazendo com que mulheres camuflam seus desejos, abdicando dos prazeres por considerá-los demonizados. Assim, o desejo, tal qual a escrita, passa a fazer parte do domínio masculino – e, segundo a autora, passa a ser frequentemente deturpado por homens e usado contra as mulheres. Lorde (2019, p. 67) denomina essa distorção como “confusa, trivial, psicótica e plastificada”.

A tomada do erotismo pelos homens é exposta pela autora de forma análoga ao processo de alienação do trabalho descrito pela perspectiva marxiana.

O horror maior de qualquer sistema que define o que é bom com relação ao lucro, e não a necessidades humanas, ou que define as necessidades humanas a partir da exclusão dos componentes psíquicos e emocionais dessas necessidades – o horror maior de um sistema como esse é que ele rouba do nosso trabalho o seu valor erótico, o seu poder erótico e o encanto pela vida e pela realização. Um sistema como esse reduz o trabalho a um arremedo de necessidades, um dever pelo qual ganhamos o pão ou o esquecimento de quem somos e daqueles que amamos. (Lorde, 2019, p. 68)

Assim como nas contraditórias relações de trabalho que tornam os sujeitos estranhos a si mesmos e ao seu entorno (MARX, 2002), mulheres descolam-se de suas vontades e prazeres em prol de uma redução pela dominação. Outra aproximação com a obra marxiana ocorre em uma analogia em que a autora relaciona mulheres a formigas, de forma similar às noções de expropriação do trabalho propostas pelo autor. Para Lorde, as mulheres, por ocuparem uma posição social desprivilegiada, seriam “ordenhadas psiquicamente” por homens, tendo a sua “fonte de energia” erótica sugada para suprir o patriarcalismo, tal qual formigas suprem seus líderes com substâncias nutritivas. Essa rejeição ao erotismo e entrega ao poder patriarcal significa, para a autora, uma redução ao abuso e ao absurdo.

Já em um segundo momento, a autora delimita os eixos revolucionários do erotismo, que, segundo sua perspectiva, opera de várias formas, seja pelo gozo físico, emocional, psíquico ou intelectual, sendo sempre atravessado pela capacidade de sentir. A interlocução entre as esferas psíquica e emocional, denominadas pela autora como a dimensão “espiritual”, é inexoravelmente política, produzindo o que ela chamaria das “paixões do amor em seus significados mais profundos” (LORDE, 2019, p. 70).

Nesse sentido, a expropriação do que a autora considera ser uma energia revigorante com potencial revolucionário produz uma costura crítica acerca das fronteiras entre o prazer e a opressão. Se Safo versava sobre o eros doce-amargo, Lorde transita entre os eros revolução-opressão, carregado da doçura potência transgressora e desobediente, mas igualmente amargo pela expropriação opressiva racista-heteronormativa. A leitura de sua obra convida a examinar as potências eróticas como uma força revolucionária provocadora e libertadora, que, ao desafiar as normas estabelecidas, fomenta a resistência e a desobediência de gênero.

## 6. Considerações finais

Esta pesquisa considerou a relevância do estudo do sofrimento social vivenciado por mulheres sáficas decorrente, dentre outros fatores, da aniquilação de suas memórias. O silenciamento de suas vivências e consequente deslegitimação de suas existências, atuantes em nome de um capitalismo patriarcal-colonial, contribuiu para a marginalização de suas tradições.

O estudo buscou produzir uma releitura da tradicional história da sexualidade por meio da historicização das dinâmicas afetivo-sexuais em articulação com as condições sociopolíticas de mulheres no período. Foram identificadas a hierarquização da civilização, profundamente marcada por um sistema de escravização e restrição da democracia à parcela masculina da população, e a inferioridade política, social e jurídica de mulheres (SAFFIOTI, 1976). Nesse contexto, observou-se a centralidade do matrimônio não como uma instituição romântica, mas como forma de aquisição de cidadania e transmissão de bens (BOEHRINGER, 2016).

Em um segundo momento, foram investigadas as representações poéticas presentes na obra de Safo de Lesbos. O estudo do uso do eros mélico sáfico, similar ao uso de demais poetas do período, corroborou a tese de Boehringer (2022) acerca da inexistência de uma percepção identitária atrelada à orientação sexual na Antiguidade. A obra erótica de Safo também demonstra que as composições líricas homoeróticas femininas eram cantadas em público sem que fossem evocados aspectos de condenação moral, social ou quaisquer sensações de vergonha por parte do eu lírico.

Na contemporaneidade, é possível identificar as similaridades com essas dinâmicas sociais antigas e questionar se, atualmente, pode-se dizer que mulheres gozam de uma cidadania plena tal qual homens brancos. Os altos índices de violência, bem como a negligência médica vivenciada por mulheres sáficas em consultas ginecológicas, por exemplo, quando não são solicitados exames básicos para os cuidados com a saúde sexual, indicam que não. Passados mais de dois mil anos da civilização grega, conclui-se que ainda há, ainda, uma luta contínua pelo acesso a direitos cidadãos básicos e pelo respeito às identidades dissidentes.

Os frequentes ataques LGBTIAPN+fóbicos, alicerçados em uma perspectiva naturalizante da heteronormatividade, também sugerem a necessidade de um movimento de resistência contínuo. As contribuições da autora Audre Lorde, nesse cenário, apontam para a urgência de uma radicalização teórica e prática desse grupo minoritário que é dupla, tripla, quádrupla ou mesmo quintuplicamente oprimido – no caso de mulheres trans, pretas e/ou pobres. Os aspectos revolucionários do uso da escrita e do erotismo como táticas de resistência política contrárias ao sistema hege-

mônico branco e patriarcal proposto pela autora corroboram uma perspectiva politizante e emancipatória necessária.

Conclui-se que há urgência na nomeação das experiências sáficas, uma vez que não falar sobre as sexualidades femininas dissidentes significa não pesquisá-las, não legitimá-las e, assim, contribuir para uma reprodução social violenta que negligencia os avanços nos direitos sexuais, de saúde e assistência a esse grupo invisibilizado.

## Referências

- AMOROZO, Marcos. Comissão da Câmara aprova projeto de lei que proíbe casamento homoafetivo. *CNN Brasil*, Brasília, DF, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-casamento-homoafetivo/>. Acesso em: 25 out. 2023.
- ANDRADE, Tadeu Bruno da Costa. *A referencialidade tradicional na poesia de Safo de Lesbos*. 2019. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-08082019-112625>
- ARAGUSUKU, H. A.; LARA, M. F. A. Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 39, n. spe 3, p. e228652, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BRAMBILLA, Beatriz Borges; KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. O nó exploração-dominância-opressão e a fusão classe-raça/etnia-gênero segundo a Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, Ana M. B. et al. (Org.). *Psicologia Sócio-Histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo: Educ, 2022. p. 81-106.
- BOEHRINGER, Sandra. *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*. São Paulo: Unifesp, 2022.
- BOEHRINGER, Sandra. Sociedades Antigas: Grécia e Roma. In: STEINBERG, Sylvie (Org.). *Uma história das sexualidades*. São Paulo: Edições Sesc, 2021. p. 20-47.
- CALAME, Claude. *Eros na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CAPELÃO, André. Tratado do amor cortês. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- COELHO, Rafael Teruel. A tradição judaico-cristã e a homofobia: substratos ideológicos de um preconceito. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13945>
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEVEREUX, George. The Nature of Sappho's Seizure in Fr. 31 LP as Evidence of Her Inversion. *Classical Quarterly*, Coventry, v. 20, n. 1, p. 17-34, 1970.
- DOSSIÊ denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. *Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil*, Florianópolis, 8 maio 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 29 set. 2023.
- DOVER, K. *Greek homosexuality*. Londres: Duckworth, 1978.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto Datafolha. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>. Acesso em: 19 set. 2023.

FLORENZANO, M. B. B. Pólis e oikos, o público e o privado na Grécia Antiga. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA ANTIGA, 1., 2001, Rondonópolis. *Anais [...]*. São Paulo: MAE-USP, 2001. p. 113-118. Disponível em: [http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano\\_polis\\_e\\_oikos.pdf](http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano_polis_e_oikos.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo (Coord.). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis: Acontece, 2023.

HALPERIN, David M. Prefácio. In: BOEHRINGER, Sandra. *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*. São Paulo: Unifesp, 2022. p. 9-17.

HALPERIN, David M. *One Hundred Years of Homosexuality*. Nova York: Routledge, 1990.

IDIER, Antoine et al. *Archives des mouvements LGBT+ : une histoire des luttes de 1890 à nos jours*. Paris: Textuel, 2018.

JORDAN, Mark D. *La invención de la sodomia en la teología cristiana*. Barcelona: Editorial Laertes, 2002.

LEITE, Emanuela Vasconcelos. *Contornos da Decisão do STF Sobre as Uniões Homoafetivas e a Possibilidade de Conversão das Citadas Uniões em Casamento*. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Constitucional) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2011. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2015/02/Contornos-da-Decis--o-do-STF-Sobre-as-Uni--es-Homoafetivas-e-a-Possibilidade-de-Convert--o-das-Citadas-Uni--es-em-Casamento.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

LEITE, Letícia Batista Rodrigues; SANTOS, Natália Gonçalves de Souza; BOEHRINGER, Sandra. A sexualidade tem um passado? Do êros grego à sexualidade contemporânea: questionamentos modernos ao mundo antigo. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 10, n. 15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/10538>. Acesso em: 10 de outubro de 2023

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUZ, Agatha Leticia Eugênio da; MIRANDA, Juliana Damasceno de; SILVA, Aiana Hana Sarges. Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta. *Gênero na Amazônia: Dossiê Mulheres, Política e Poder*, Belém, n. 15, p. 133-143, 2019.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

POLESSO, Natalia Borges. Geografias lésbicas: literatura e gênero. *Criação & Crítica*, São Paulo, n. 20, p. 3-19, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138653/139437>. Acesso em: 25 out. 2023.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+ : uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROWELL, Charles H.; LORDE, Audre. Above the Wind: An Interview with Audre Lorde. *Callaloo*, Baltimore, v. 23, n. 1, p. 52-63, 2000.

SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Juliana Magalhães dos. *Eros no oikos: Relações de gênero e representações da espacialidade e da sexualidade feminina em Atenas do V século a.C.* 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13361>. Acesso em: 20 nov. 2024.

STEINBERG, Sylvie. *Uma história das sexualidades*. São Paulo: Edições Sesc, 2021.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da; GONÇALVES, Jussemar Weiss. *O lugar da mulher ateniense: entre o oikos e a polis*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES, 2., 2014, Pelo-

tas. *Anais* [...]. Pelotas: Ufpel, 2014. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/eifi/arquivos eletronicos/66.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, Vitória Régia da. No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. *Gênero e Número*. Brasil, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulhereslesbicas-sao-estupradas-por-dia/>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. “Boca a boca”: sobre como nós, lésbicas, chegamos até aqui. *Revista Periódicus*, Salvador, v 1, n. 19, p. 123-133, 2023. DOI: 10.9771/peri.v1i19.52755

TOLEDO, Livia Gonsalves. *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.